



ESTADO DO CEARÁ

« PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA »

LEI Nº 234/96 de 13 de Março de 1996.

Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Abaiara, Estado do Ceará no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPITULO I

DOS OBJETIVOS E DIRTRIZES GERAIS

ART. 1º - Fica Criado o Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo digo objeto proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

ART. 2º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS:

I - recursos provenientes da transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - Dotações Orçamentárias do município, observado o disposto no art. 167 da Constituição Federal e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - receita de aplicação financeiras de recurso do Fundo, realizadas na forma da Lei;

V. - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor ;

VI - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.



ESTADO DO CEARÁ

< PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAAIRA >

Parágrafo único - Os recursos que compõem o Fundo Serão depositados em instituições Financeiras oficiais, em conta especial sob denominação: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

CAPITULO II DA GERÊNCIA DO FUNDO

ART. 3º - O FMAS será gerido pela secretaria de Ação Social sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - O orçamento do Fundo integrará o orçamento da Secretaria de Ação Social do Município, onde terá rubrica própria.

CAPITULO III DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ART. 4º - Os recursos do FMAS serão aplicados em:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidas pela secretaria de Ação Social órgão responsável pela execução da política de Assistência Social, ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência Social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações da Assit. Social.

VII- desenvolvimento, digo pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica da Assistência Social.

VI - desenvolvimento de Programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na area de Assistência Social;

ART. 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência Social, devidamente registradas no CNAS será efetivado/por intermedio do FMAS de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Paragrafo único - As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos acordos, ajustes e/ou similares obdecendo a legislação vógente.



ESTADO DO CEARÁ

< PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAARA >

Sobre a materia e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social

ART. 6º - As contas e os relatorios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS, mensalmente de forma sintética e anualmente de forma analitica.

ART.7º - Para atender às despesas decorrentes da implantação de presente Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercicio, crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) obdeci - das as prescrições contidas nos incisos I a IV, do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64

C APITULO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS

ART. 8º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito Municipal.

ART. 9º - Respeitadas as competências exclusivas do Executivo e Legislativo Municipal, compete o Conselho Municipal:

- I - definir as prioridades da politica de Assistência Social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do plano Municipal de Assistência;
- III - aprovar a politica Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da politica de Assistência Social;
- V - propor critérios para a programação e para as execuções / financeiras e orçamentarias do fundo, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentarias do fundo;
- VII- acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistências prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas no município;
- VIII- aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência Social públicos e privados no âmbito municipal;
- IX- aprovar criterios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestem serviços de assistência Social no âmbito municipal;
- X- apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior.



ESTADO DO CEARÁ

« PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA »

- XI - elaborar e aprovar seu regimento interno;
- XII - zelar pela efetivação dos sistemas descentralizado e participativo de assistência Social;
- XIII - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a conferência Municipal de Assistência Social, que terá atribuições de avaliar a situação da assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

CAPITULO V DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

ART. 10º - O CMAS terá a seguinte composição:

- I - do Governo municipal:
 - a) - Secretaria de Ação Social
 - b) - 01 representante da Secretaria de Saúde
 - c) - 01 representante da Secretaria de Educação
 - d) - 01 representante do Legislativo Municipal
- II - da Sociedade Civil:
 - a) 01 representante da SOAFAB - Sociedade de Assistência às Famílias de Abaiara;
 - b) 01 representante da SAIAB - Sociedade de Assistência aos Idosos de Abaiara.
 - c) 01 representante do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Abaiara Ce;
 - d) 01 representante da ACOMA- Associação Comunitaria de Abaiara.
- 1º - A Presidencia do Conselho caberá a(o) Secretário de Ação Social;
- 2º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria, com excesso do secretario(a) Ação Social, que será sempre o titular da pasta;
- 3º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento;
- 4º - Caberá ao presidente a representação do Conselho em Juízo ou fora dele.

ART. 11º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação do representante das entidades, sendo os representantes do governo Municipal de livre escolha do Prefeito.



ESTADO DO CEARÁ

< PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA >

ART. 12º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de conselheiro é considerado público relevante, e não será remunerado;

II - Os conselheiros serão excluídos do CMAS e submetidos pelos respectivos suplentes em caso de falta injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser submetidos, digo, substituídos mediante sua própria solicitação, da entidade que representa ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - Cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

ART. 13º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedece as seguintes normas:

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

ART. 14º - A Secretaria de Ação Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS;

ART. 15º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades respectivas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

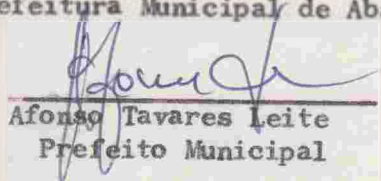
II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições / de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

ART. 16º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precederão de ampla divulgação.

ART. 17º - O CMAS elaborará seu regimento interno no prazo de 60(sessenta) dias após a promulgação da presente Lei.

ART. 18º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Abaiara Ce em 13 de Março de 1.996.


Afonso Tavares Leite
Prefeito Municipal